

**NOS ESTUDOS VISUAIS:  
ARTE, IMAGEM, HISTÓRIA E AS IMPRESSÕES DE *DON QUIXOTE***

Rogéria de Ipanema  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
[rogeriadeipanema@eba.ufrj.br](mailto:rogeriadeipanema@eba.ufrj.br)

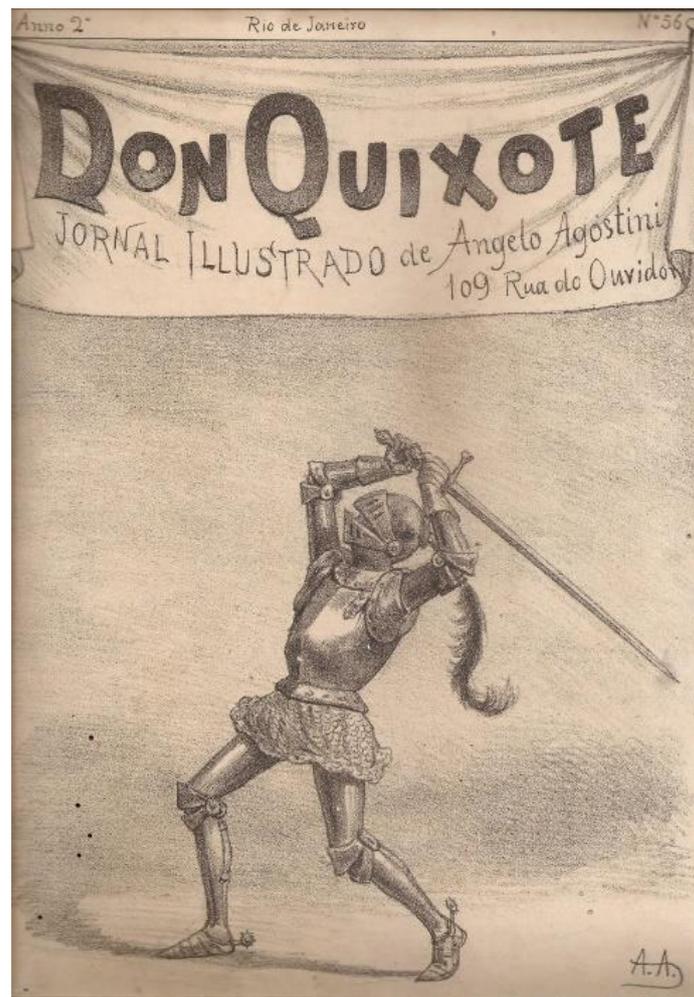


Fig. 1. Angelo Agostini, litografia. Detalhe. **Don Quixote**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 56, 28 mar. 1896. p. 1. (Hemeroteca Marcello, Cybelle e Rogéria de Ipanema).

**As imagens constituem objetos/documentos**

de pesquisas que estão a problematizar em si, por si e para além. História, imagem e arte, com o campo da cultura, formam trocas epistêmicas potenciais, não para formular conceitos nem teorias, mas para interdisciplinar e atravessar territórios, campos e áreas com domínios exclusivos. E, são nos estudos visuais, em suas diversas nomações,

demonstrando os não-lugares e o poder de se assentar em vários ou em quaisquer espaços, que se abrem diálogos possíveis, convênios e transbordos dos encantos, encontros e a saídas para as imagens.

### **A dimensão política da história social do país**

na primeira década do período republicano teve e tem, nas impressões e imagens da imprensa artística de humor, um discurso visual profundo dos movimentos do poder e da vida pública brasileira. Estas imagens e impressões do Brasil dos Oitocentos republicano são chaves de reflexão para se pensar a circularidade de ideias, seus usos, abusos e transgressões, a partir de uma estética satírica e carnavalizadora do poder.

Da arte à crítica política, da imagem à história, da história das imagens constituem-se complexos para os estudos visuais como possibilidades mais inclusivas, no exercício da interdisciplinaridade e transversalidade e, para propostas de outros formatos, conteúdos, leituras e interpretações históricas. Desejamos apresentar nesta comunicação, uma leitura possível com vários pontos de interseções de campos, problematizadas pela produção das imagens da imprensa político-caricata de *Don Quixote: jornal humorístico de Angelo Agostini* (1895-1903), último título do editor jornalista, artista e litógrafo ítalo-brasileiro.

### **Antes de entrar nos perigos que corre a jovem República**

é bom registrar alguns aspectos de constituição e construção da obra gráfica do periodismo quixotesco de Agostini.

Dom Quixote é revestido de muitos papéis: do personagem literário de 1606 de Cervantes, errante mas correto em seu fantástico mundo real, que agora encontrava-se realocado nos trópicos americanos da cidade do Rio de Janeiro; do híbrido jogo de Agostini em compreender o estatuto radical do (des)herói do romance para um título de imprensa caricata; e finalmente, o papel de protagonista que tem o seu destino reapropriado na defesa, não mais da jovem Dulcineia del Toboso, mas da jovem República brasileira sob a presidência de Prudente de Moraes. Na verdade, Agostini transgride, e este é o desenho do seu jornalismo, fazendo uma inversão dos papéis dos

dois personagens que são atores ou dos dois atores que são personagens. Nas análises de conjuntura e avaliações políticas, vemos d. Quixote são e Prudente vão.<sup>1</sup>

### **As imagens do número 56 de *Don Quixote***

promovem uma análise significativa do momento político por que passava aquele mês de março de 1896. Na primeira página, d. Quixote armado e de espada, sai, como sempre saía em defesa da República civil do governo de Prudente de Moraes, mesmo que neste momento, seu combate seja indeciso e sem direção (figura 1).

Ao fundo à esquerda e bem protegidos dos golpes esmos do seu patrão, Sancho Pança mantem um diálogo com Noé (figura 2). Noé é o convidado especial nesta época do ano em que dom quixote sempre invocava a personagem bíblica para reclamar das águas de março que desabavam a cidade, para dar trato e caracterizar as imagens-notícias das enchentes cariocas, dos alagamentos das ruas, das ruínas das casas, dos desce-morros, das tristezas acima.

---

<sup>1</sup> Mais sobre a representação agostiniana do presidente, ver: IPANEMA, Rogéria de. A estética de Don Quixote e a imagem difícil de Prudente de Moraes. *Anais Eletrônicos - XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*. Natal, ANPUH/UFRN, p. 1-10, 2013.



Fig. 2. Angelo Agostini, litografia. Detalhe. **Don Quixote**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 56, 28 mar. 1896. p. 1. (Hemeroteca Marcello, Cybelle e Rogéria de Ipanema).

Sancho, com assessor especial, informa assim a Noé: “O patrão que também pertence à classe armada não quer ficar atrás desta, e golpeia com a maior denodo os audazes inimigos da República.” E Noé não entende, e diz, mas... “Dando golpes no ar????”, e, ironicamente Sancho, replica e exclama “E onde quer que os dê?!! (*Don Quixote*, n. 56, 1896, p. 1).

D. Quixote espadeia no ar meio perdido e Noé não vê o quê, nem a quem combater, pois no espaço ao redor do cavaleiro, nada nem ninguém, nem paisagem.... nem além. E este ambiente não é uma escolha vazia, o vazio mesmo compõe os propósitos ou a falta deles, marcando que o desenhista quer satirizar. Na caricatura esta relação é permanente, mas é preciso ver com acuidade para perceber como o experiente artista

articula a escala de sentidos e mensagens das suas charges, pela imagem principal e as notas mais sutis dos detalhes. Isto se revela nas conversas pequenas da saberia popular de Sancho, como também, nas performances do Rocinante de d. Quixote e o burro do escudeiro, que pontuam a escala de comicidade apresentada ao longo de todos os números do jornal.

Mas, afinal de qual mal a República brasileira arriscava-se a se extinguir?

Então, no número 56 de 28 de março de 1896, somos reportados dos acontecimentos pelo editorial O Espantalho Sebastianista:

Na noite de 21 do corrente, o Club Militar celebrou uma reunião singularmente concorrida e aprovou a seguinte moção política, que está sendo subscrita e aplaudida pelos representantes das classes armadas:

‘Os oficiais de terra e mar, reformados e honorários, profundamente sensibilizados com os perigos e ameaças de que é objeto à própria existência da República, cujas instituições pretendem mais uma vez, grupos faciosos subverter, resolveram em sessão do Clube Militar firmar o presente pacto de solidariedade para a resistência a todo o transe contra qualquer tentativa de mudança do regime de governo, que tem criado a prosperidade e a grandeza dos Estados da confederação brasileira.’

‘Declaram que essa resistência é sem limites, cômnicos de que é preciso livrar de uma vez a nossa pátria de tão audazes perturbações, como as que têm provocado contra a sua paz e sossego os trêfegos ambiciosos, que teimam em felicitar-nos novamente com uma forma de governo cujo passado foi apenas causa da pobreza e retrogradação do Brasil.’

‘Como última expressão de seus sentimentos, as corporações armadas declaram que, os destinos da República acham-se identificados com a própria honra militar.’

‘Esta atitude das classes armadas será levada ao conhecimento de todos os camaradas das diferentes guarnições e distritos, afim de, chamá-los a cooperar na obra da salvação das instituições, lembrando-lhes apenas que a

orientação de conduta dos militares é: - Tudo pela pátria contra os maus cidadãos que procuram cevar suas torpes ambições da ruína da liberdade.’

(fim dos trechos da transcrição da Moção do Clube Militar)

É impossível negar a evidência.

A atitude franca e inopinadamente assumida pelos ilustres militares em pleno regime constitucional e contra os princípios gerais da disciplina suscitou no espírito do povo apreensões graves, que já se externaram por intermédio de alguns respeitáveis órgãos da imprensa fluminense, nomeadamente pela *Gazeta de Notícias*, que tem sido sem quebra defensora entusiasta dos princípios republicanos, e cujo redator-chefe não é de certo um suspeito à democracia nem ao novo regime implantado no Brasil a 15 de novembro de 1889.

A apreensão de espírito dos sinceros republicanos nasce naturalmente do fato estranho de ver-se a classe militar a fazer profissões de fé escusadas e extemporâneas, em termos que parecem antes uma ameaça ao poder público do que um aviso salutar, e tudo isso sob o pretexto de aniquilar-se um inimigo, cuja força é realmente ridícula à restauração monárquica.

É certo que o desgosto popular pela situação geral do país e particularmente pela nossa melindrosa situação financeira gerou ultimamente a difusão de boatos sebastianistas, e houve até quem viesse a público assegurar que houvera tentativas de suborno ao exército. Mas onde a prova de que efetivamente se tratasse de subverter as instituições republicanas e porque a mão forte desses mesmos militares não entregou à justiça os criminosos aliciadores da insubordinação do exército? Ninguém ignora que isto constitui um delito gravíssimo, e todavia, a prova não parece, nem os delinquentes são presos e processados.

Suponhamos, porém, que tivessem fundamento os boatos levemente espalhados de um atentado contra a existência da República.

Pois não vivemos em uma sociedade regularmente constituída, em que a polícia vigilante e fiel cumpre o seu dever e, sobretudo, não temos à frente do governo do país um republicano honesto, leal, convicto e insuspeito?

Descuidar-se-ia ele de premunir as instituições contra semelhante golpe funesto, si porventura houvesse mais do que levianos boatos insubsistentes? E porque os oficiais não manifestaram claramente a sua solidariedade com o presidente da República para aniquilar o outro boato da hostilidade franca de certos grupos militares contra o governo do sr. dr. Prudente de Moraes?

Foi de certo ao fazer estas reflexões que o espírito público se apavorou diante da manifestação coletiva de 21 de março, que a disciplina militar substancialmente condena e na qual só se pôde lobrigar o intuito de forçar o governo do sr. dr. Prudente de Moraes a modificar a sua política de tolerância, de paz e de conagração nacional.

[...]

Demais, é nossa convicção íntima e sincera, a propaganda monarquista existente nem possui elementos capazes de perturbar a existência da República, nem passará jamais de expansões saudosas de alguns políticos platônicos, sem harmonia de vistas, ontem inimigos ferozes uns dos outros, incapazes de sacrifícios por um ideia que eles próprios nunca realizaram e que sabem não poder realizar no futuro.

A revolução de 1893 tomou em sua última fase uma feição, que se afigurou a muitos monarquista e restauradora. Porque a deixaram morem à míngua de recursos esses famigerados defensores da ideia monárquica?

Concluamos.

O sebastianismo no Brasil é para e simplesmente um espantinho, só capaz de acobertar violências lamentáveis e fatais à própria República. As classes sociais militares só estarão dentro da Constituição e dos princípios genuinamente republicanos mantendo-se firmes e corretas no seu posto de honra, á primeira voz do poder, sem ostentações de programas, nem veleidades de intervenção política. O povo brasileiro – esse saberá correr às trincheiras unindo suas forças às do exército e das armas, no dia em que for mister defender a República contra o assalto dos inimigos da Pátria. (*Don Quixote*, 1896, p. 2)



Fig. 3 – Angelo Agostini, litografia. Detalhe. **Don Quixote**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 56, 28 mar. 1896. p. 2. (Hemeroteca Marcello, Cybelle e Rogéria de Ipanema).

Nas páginas centrais do jornal, a grande imagem política intitulada *Moções, emoções e comoções*, reúne, por momentos singulares, a completude das impressões de dom quixote pelo abalo da ala militar, no meio civil republicano. As críticas postas começam, no canto superior esquerdo, com a representação de um velho miliar com a “espada-moção” ao alto, intencionado a golpear a “mosca-monarquia” pousada na testa da República que tira um sereno cochilo, com a cabeça apoiada no braço sobre à mesa (figura 3).

Na legenda o marechal E. Quadros, o mais idoso, com muita dificuldade com a sua arma, quase não se podendo, é lhe imposto a legenda: “Maldita mosca, que perturbas o sono da minha mui amada República, vou rachar-te ao meio!” (*Don Quixote*, 1896, p. 2). Atrás dele, um grupo de militares ao fundo, enfurecidos de espadas levantadas, se dirigem a atacar, quer dizer, a defender a República ao ataque à grande mosca. A desproporção deste mal também é evidente. Naquele momento era o início do segundo ano de governo de Prudente de Moraes, e a denominada República da Espada já havia

sido superada pelo voto direto de um presidente civil, mesmo que limitado por exclusão de grupos e gênero, mas que, notadamente, na fala contemporânea do editorial, era tudo que não se queria mais, a intervenção militar na governabilidade política da nação.

O que se percebe é um momento de inquietude e desconfiança, de forte desejo de capitulação, no sentido claro de criar tensões e instabilidades, para reestabelecer aos militares, a cadeira presidencial no comando do país. O que se confirma pela imagem do outro lado, no canto superior direito, pelo ato falho de um diálogo criado por de Angelo Agostini (fig. 4). O presidente Prudente de pé, mui respeitoso e demasiadamente tranquilo, lança a pergunta ao seu ministro da Guerra, sentado, e diz, “Se não me engano, creio que v. excia. sentou-se na minha cadeira...”, ao que Bernardo Vasquez responde, sem nenhum constrangimento, sem pudor, “Queira desculpar-me, foi por distração.” (*Don Quixote*, n. 56, 1896, p. 3).

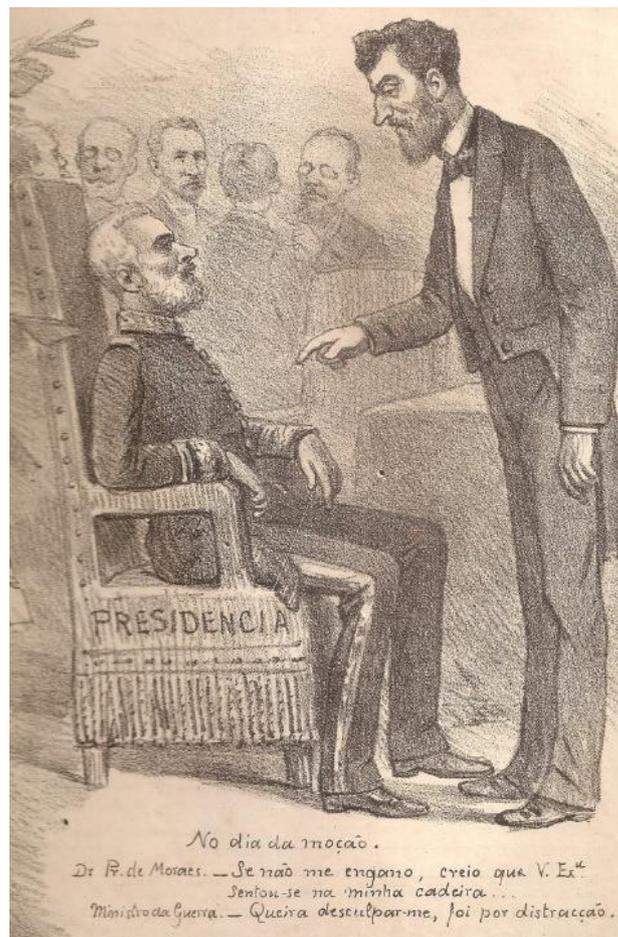


Fig. 4 -.Angelo Agostini, litografia. Detalhe. **Don Quixote**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 56, 28 mar. 1896. p. 3. (Hemeroteca Marcello, Cybelle e Rogéria de Ipanema).

Trago para se pensar a questão deste agenciamento de condutas morais e ideológicas na ocupação político-militar, pela importante história construída, a partir 1893, na ocupação popular do arraial de Canudos sob a condução libertadora e interface messiânica de Antonio Conselheiro.<sup>2</sup> Em Canudos ia se dando conta à profunda miserabilidade e desprovemento dos excluídos, no rebatizado Arraial de Belo Monte. No entanto, esta movimentação ajudou a corroborar as forças militares opressoras contra um retorno do regime monárquico que afirmavam existir no sebastianismo e que, portanto, deviam combater; ou fabricava propósitos para autorreferenciar o exército na substância própria e positivista para o regime republicano brasileiro?

A imprensa da capital dava informações distorcidas, favoráveis ao discurso antirrepublicano, aplicando histórias e imagens muito ruins<sup>3</sup> de Conselheiro, das pessoas da localidade e a sua situação. Os jornais desqualificavam a ocupação impulsionada por uma corrente sebastianista de retorno à monarquia. Será neste ano 1896, exatamente em outubro, em que foi enviada a primeira expedição militar para destruir uma força popular que se consolidara como grande foco de resistência. Por isso, o governo realizou mais três investidas pesadas, culminando no massacre da quarta expedição de guerra,<sup>4</sup> comandada pelo marechal Carlos Machado Bittencourt, cujo extermínio sangrento foi enquadrado como crimes de guerra na Convenção de Haia de 1899.

O povoado de Canudos se encaixava fortemente na justificativa para o acionamento da intervenção militar que sofreu, levando à morte de milhares de pessoas e a destruição do assentamento coletivo auto-organizado, outrora muito bem-sucedido e resistente.

Naquele mês de março ainda, no dia 31, o Clube Militar tiraria uma nova moção reafirmando os termos da anterior, que também foi comentada por Agostini, que deixa claro que os militares não encontram respaldo em toda a imprensa, na sua, por exemplo não, assim como a repercussão no meio social:

---

<sup>2</sup> Antônio Vicente Mendes Maciel.

<sup>3</sup> E não escapou também ao *Don Quixote*.

<sup>4</sup> Em ordem decrescente: 4ª Expedição, abr. 1897; 3ª expedição, mar. 1897; 2ª Expedição, jan. 1897; e a 1ª expedição, out. 1896.

O primeiro inconveniente desse brado de armas extemporâneo, e nos termos em que foi redigido sem a menor referência de fidelidade do governo do Sr. dr. Prudente de Moraes, foi a cisão clara e palpável que estabeleceu imediatamente em membros das classes armadas.

Viu-se a evidência pelas declarações publicadas que, enquanto certos grupos aplaudiram as cegas atitudes do Clube Militar, disseram outros em rebuço que condenavam semelhantes manifestações coletivas e estariam sempre ao lado do governo para a defesa das instituições republicanas. (*Don Quixote*, ano 2, 4 abr. 1896. p. 2)

É importante pensar na estética e no design do artista, para sublinhar as referências e compreensão das imagens, neste sentido, merece atenção o contraste provocado por Agostini com os dois grupos e mensagens reveladas. O primeiro grupo da charge com os militares em vias de extirpar um mal por ele legitimado o suficiente como dever que destruirá a quem deseja-se ar proteger (figura 3), e o segundo grupo de civis que aparecem na cena com o presidente (figura 4). Enquanto os militares estão juntos com a sua liderança na mesma causa, os homens do presidente se apresentam relapsos e distantes diante à grave situação.

Na cena do presidente, vemos os outros cinco ministros que compunham o corpo do estado de Prudente de Moraes,<sup>5</sup> mais interessados às suas conversas particulares do que a causa maior. Três estão de frente, mas apenas um se inteira do que está acontecendo, ao virar-se para o encontro de Prudente com Vasquez e os outros dois conversam com seus pares. O grupo assim se apresenta e três podemos identificar, assim, direita para à esquerda: o ministro da Fazenda, Rodrigues Alves; o segundo está de costas; o terceiro a observar o disparate de Vasques sem pudor é Carlos de Carvalho, da pasta das Relações Exteriores; o quarto é Antônio Gonçalves Ferreira, ministro dos Negócios Interiores e Justiça que está a falar com um quinto ministro de Estado. Para os dois

---

<sup>5</sup> IPANEMA, Rogéria de. O presidente, a Santa Cruz, os Cirineus e o estado laico da República brasileira: é Prudente?. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ano 175, v. 463, p. 71-92, 2013.

irreconhecíveis, sobram as pastas da Indústria, Viação e Obras Públicas com e Eliziário Barbosa, no ministério da marinha.<sup>6</sup>

Para continuar a ver e ler as imagens, temos a figura de Sancho a causar distúrbio entre os golpes ambos extremos da composição. Golpes, militares sempre procurando golpes. Então, entre as narrativas de *A espada e a mosca* e *Essa cadeira é minha*, acontece que estamos em 1896 com problemas em pencas, e Sancho tem muita clareza sobre isto, quando afirma sem dúvidas das repúblicas Bananas - do barrete e da coroa (figura 5):

A República também dá destas frutas/  
Banana por banana.../  
Antes a republicana/  
Portanto.... srs. Monarquistas/  
*‘Ça ne vaut pas la peine, assurément/ De chager de gouvernement’*  
(*Don Quixote*, ano 2, 4 abr. 1896. p. 2).



Fig. 5. Angelo Agostini. *Don Quixote*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 56, 28 mar. 1896. p. 2-3.  
(Hemeroteca Marcello, Cybelle e Rogéria de Ipanema).

<sup>6</sup> Francisco de Paula Rodrigues Alves (15 nov. 1894/20 nov. 1896); Carlos Augusto de Carvalho (15 nov. 1894/1 set. 1896); Antônio Gonçalves Ferreira (15 nov. 1894/30 ago.1896); Antônio Santos Pires Antônio Olinto dos Santos Pires (15 nov. 1894/20 nov. 1896); e o almirante, Eliziário José Barbosa (15 nov. 1894/21 nov. 1896).

E não esquecer que o título da imagem central é Moções, emoções e comoções! Muitas!

Cabe como último destaque desta página, a cena da República deitada em cama esplêndida, sob o símbolo estrelado, a receber a visita de seus defensores *incontesti*, anacrônicos sim, mas originais (figura 6).



Fig. 6. Angelo Agostini. **Don Quixote**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 56, 28 mar. 1896. p. 2-3. (Hemeroteca Marcello, Cybelle e Rogéria de Ipanema).

E, dentro daquele contexto que sombreava o regime, a República apreensiva pela leitura da Moção do Clube Militar em suas mãos, arisca o seu diagnóstico, “Então sr. d. Quixote, pelo que vejo neste papel eu estou muito mal de saúde?!”, ao que d. Quixote, à paisana, responde, “Nem por isso. Seus médicos é que querem aplicar-lhe uma nova sangria.” E Sancho Pança arremata, “Como remédio infalível para morrer da cura!”

Uma vez, o jornal registrou, “O mal não reside no regime, está nos homens que o põem em prática”.

Bem, aqui, não para finalizar, mas para discutir, algumas das impressões de *Don Quixote*, e/ou como se fazer política com arte, imagem e imprensa.

### **Referências bibliográficas**

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMBRICH, E. H.. **Meditações sobre um cavaleiro de pau: e outros ensaios sobre teoria da arte**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

GOMBRICH, E. H.. **Os usos das imagens: estudos sobre a função social da arte e da comunicação visual**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

IPANEMA, Rogéria de. O presidente, a Santa Cruz, os Cirineus e o estado laico da República brasileira: é Prudente?, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, ano 175, v. 463, p. 71-92, 2013.

Rogéria de. A estética de Don Quixote e a imagem difícil de Prudente de Moraes. **Anais Eletrônicos - XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social**, Natal, ANPUH/UFRN, p. 1-10, 2013.

MONIZ-BANDEIRA. O sentido social e o contexto político da Guerra de Canudos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 396, p. 739-755, jul./set. 1997.